

# Aécio Neves ataca crítico de nomeação política para o TCE

Defesa de governador diz que ação popular que questiona indicação sua para cargo no tribunal tem 'caráter pessoal'

**Advogado autor da ação é irmão de consultor que foi por três vezes candidato a conselheiro do TCE, mas não obteve apoio do Legislativo**

PAULO PEIXOTO  
DA AGENCIA FOLHA,  
EM BELO HORIZONTE

A contestação do governador de Minas Gerais, Aécio Neves (PSDB), a uma ação popular contra indicação política para o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado ataca o advogado autor da ação e o consultor que foi três vezes candidato a conselheiro do TCE.

O advogado Amaro Queiroz é irmão do consultor da Assembléia Legislativa de Minas Ale-

xandre Queiroz, que em 1999, 2004 e 2005 conseguiu apoio de 20% dos deputados estaduais para concorrer à vaga de conselheiro do TCE na indicação que cabe ao Poder Legislativo. O apoio prévio de 20% é pré-requisito para concorrer à vaga do tribunal.

Nas votações, porém, ele teve apenas seis votos entre 77 deputados, e depois 1 e 1, respectivamente. Os três escolhidos foram ex-deputados estaduais.

Elaborado e apresentado à Justiça pela Advocacia Geral do Estado, o documento rebate a ação popular que contesta a indicação de Adriene Andrade, mulher do ex-vice-governador Clésio Andrade (PR), feita por Aécio no final do ano passado.

Diz a defesa de Aécio que o consultor do Legislativo é um "eterno candidato frustrado por nunca ter alçado o honroso cargo público de conselheiro do TCE". Na contestação do governador é dito que não houve ilegalidade ou dano ao patrimônio público na indicação de Adriene.

## Improbidade

Adriene responde a processos por supostas irregularidades em sua gestão na Prefeitura de Três Pontas (2001-2004).

A respeito desses processos, a defesa diz que "não existe condenação transitada em julgado, prevalecendo o princípio constitucional da presunção de inocência".

## outro lado

### Governador quer desviar o foco, afirma advogado

DA AGENCIA FOLHA,  
EM BELO HORIZONTE

Autor da ação popular, o advogado Amaro Queiroz disse que o Estado de Minas Gerais foi "infeliz" ao explorar o "lado pessoal" na defesa do governador Aécio Neves. Afirmou que há uma tentativa de "desviar o foco da questão principal", que disse ser "legalidade, impessoalidade,

moralidade e eficiência".

Queiroz disse que, como seu irmão, não concorda com indicações políticas para o TCE, mas que a ação popular trata da suposta falta de requisitos de Adriene Andrade para o cargo de conselheiro.

Alexandre Queiroz, consultor da Assembléia Legislativa, disse não ter parte na ação popular apresentada pelo irmão e que foi candidato para marcar posição contra indicações políticas.

Procurado pela Folha, o advogado-geral do Estado, José Bonifácio de Andrada, não quis se manifestar.